



MIGRAÇÕES E GÉNERO – TRABALHO, EMPREENDEDORISMO E DISCRIMINAÇÕES

Maria da Conceição Pereira Ramos ¹

No quadro da globalização e das mudanças no mercado de trabalho assistimos ao crescimento das migrações internacionais femininas e da sua importância ao nível económico, social e laboral. As mulheres ganham maior independência e empoderamento no projecto migratório. As mulheres migrantes são agentes de mudança e de desenvolvimento nos países de origem e de acolhimento, onde contribuem para diferentes transformações e inovações. No entanto, discriminações por género e etnia colocam as mulheres migrantes em posição desvantajosa no mercado de trabalho.

Feminização crescente das migrações internacionais, coesão social e desenvolvimento

Só a partir dos anos 80, as análises das migrações contemplam a variável género, incluindo a participação feminina no processo migratório e na teoria geral das migrações.

No entanto, é importante estudar a feminização das migrações e seus impactos nos países de emigração e de imigração. Temos vindo a assinalar, como a participação mais igualitária das mulheres nas migrações contribui para a coesão social e o desenvolvimento². O Conselho da Europa (2004) define a *coesão social* como “a capacidade de uma sociedade assegurar o bem estar de todos os seus membros, minimizar as disparidades e evitar a polarização”.

Assistimos, nas últimas décadas, não só ao crescimento do volume e diversificação das migrações internacionais, como também à generalização do trabalho feminino migrante.

A feminização das migrações internacionais é uma das principais características da nova era das migrações. De acordo com os dados do fórum mundial da OCDE para as migrações, de 2007³, existe uma nova tendência de migração, reflectida num aumento do número de mulheres que emigram. No que diz respeito aos países da OCDE, a percentagem de emigrantes femininas já é superior à dos homens, desde 2000. Nesta data, cerca de 51% da população emigrante era feminina.

¹ Universidade do Porto – Faculdade de Economia. Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI) – UA. e-mail: cramos@fep.up.pt

² Ramos, M. C. Pereira; Taran, P.; Ivakhnyuk, I.; Tanner, A. *Economic migration, social cohesion and development: towards and integrated approach*, Strasbourg, Conselho da Europa, 2009. Ver também UNDP. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2009 – Ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos*, PNUD, Coimbra, Almedina, 2009.

³ Dumont, J.; Martin, J. P.; Spielvogel, G. “Women on the move: The neglected gender dimension of the brain drain”. In *OECD WORLD FORUM on Statistics, Knowledge and Policy - Measuring and Fostering the Progress of Societies*, Paris, OECD, 2007.



Este novo fluxo migratório tem um importante contributo para o desenvolvimento social e económico dos países desenvolvidos. Entre 1960 e 2005, a percentagem de mulheres emigrantes aumentou cerca de três pontos percentuais, de 46,7% para 49,6%, para um total de, aproximadamente, 95 milhões de mulheres emigrantes⁴.

Constata-se a importância crescente das migrações familiares na Europa ao longo dos últimos 30 anos, contribuindo para a feminização dos fluxos. As mulheres representam 53% dos migrantes na Europa, a taxa mais elevada em relação aos outros continentes⁵. Em certos países, ocupam um lugar preponderante entre os migrantes: por exemplo, 73% dos trabalhadores migrantes vindos da Croácia, na Alemanha, são mulheres. Um relatório da OCDE “Jobs for Immigrants”, de 2008, sublinha que Portugal é o país da OCDE com a maior taxa de emprego entre as mulheres imigrantes.

As mulheres portuguesas têm uma importância fundamental na diáspora de Portugal no mundo, seja pelo seu número, seja pelo papel activo que desempenham no mercado de trabalho, nas redes sociais e associativas, na economia e desenvolvimento dos países de acolhimento e de origem. A constituição de uma grande diáspora portuguesa e feminina é visível na sua forte representação nos países de acolhimento: por exemplo, no Reino Unido, representam 53% dos portugueses aí residentes, no Canadá, 51%, na Suíça, 47%⁶. A taxa de feminização é igualmente importante no Luxemburgo (48%), França (49%), EUA (50%).

Trabalho e empreendedorismo das migrantes e impactos nos países de origem e de acolhimento

As mulheres surgem no reagrupamento familiar, mas também como migrantes autónomas, ou primeiras migrantes para mercados de trabalho formais e informais, e estão fortemente representadas na mobilidade de trabalho pouco qualificado e altamente qualificado. As mudanças no mercado de trabalho, nas últimas décadas, contribuíram para a generalização do trabalho feminino migrante. Segundo a OCDE, 45% dos migrantes temporários em situação regular são mulheres. Estas constituem 1/3 dos migrantes trabalhando sem autorização (não incluindo a

⁴ Schiff, M.; Morrison, R.; Sjoblom, M. *The International Migration of women*, Palgrave Macmillan editions, 2007.

⁵ OSCE/OIM/OIT. *Handbook for effective labour migration policies in countries of origine and destination*, OSCE, OIM e OIT, 2006.

⁶ Já na segunda metade do século XX, os fluxos de emigração das mulheres portuguesas foram significativos, representando 42% dos fluxos nas décadas de 1960 e 1970 e 44% na década de 1980 (DGACCP). In Ramos, M. C. Pereira. "Mulheres Portuguesas na Diáspora - Inserção Laboral e Papel nas Redes Sociais". *A vez e a voz da mulher portuguesa na diáspora: Macau e outros lugares*, Universidade de Macau, Macau, 2009, p. 305-330.



indústria do sexo). As mulheres, nomeadamente migrantes, são mais facilmente mobilizáveis por estratégias de flexibilização produtiva que pretendem reduzir custos e responder a descontinuidades e variações sazonais da actividade económica.

Assistimos à crescente qualificação nas vagas de imigração recentes, no contexto da sociedade de informação e do conhecimento, e à aceleração da procura de pessoal altamente qualificado em determinados sectores⁷. Existe uma procura do trabalho feminino na economia global, nas novas tecnologias, na saúde, na educação, nos serviços pessoais e sociais, nomeadamente para o trabalho doméstico e de enfermagem. 11% das enfermeiras nos grandes países desenvolvidos da OCDE nasceram no estrangeiro. A importância das mulheres migrantes no trabalho doméstico⁸ é uma realidade. O trabalho das imigrantes é essencial para a sua autonomia, mas também para o funcionamento do mercado de trabalho, sobretudo nos serviços pessoais e sociais. O trabalho das mulheres migrantes tem impacto na estrutura dos mercados de trabalho dos países de acolhimento em matéria de taxa de emprego das mulheres locais. A presença de enfermeiras, “baby sitters” e domésticas estrangeiras permite às mulheres autóctones participar mais activamente nas actividades económicas e remuneradas fora de casa.

Se o trabalho, o empreendedorismo e estatutos profissionais mais elevados favorecem a integração social das migrantes, muitas não escapam a modalidades atípicas e precárias na economia subterrânea e no emprego informal⁹. A economia subterrânea/informal absorve as mulheres, e também as migrantes, nomeadamente no caso das empregadas domésticas. As taxas de actividade oficiais femininas estão subestimadas, dado que o emprego das mulheres, nomeadamente imigrantes, é uma das características da economia paralela, em que muitas trabalham sem ser declaradas.

A situação precária de emprego das mulheres migrantes e por vezes a sua situação de ilegalidade, tem implicações na sua vulnerabilidade no que se refere à integração na sociedade de acolhimento, com destaque para os aspectos ligados à acessibilidade aos cuidados de saúde¹⁰. As barreiras culturais e linguísticas dificultam a abordagem junto das populações imigrantes, no que se refere a aspectos relacionados com a sexualidade, o planeamento familiar e as infecções

⁷ Ramos, M. C. Pereira. “Gestão da diversidade e da educação nas sociedades multiculturais e do conhecimento”. N. Ramos (coord.) *Educação, interculturalidade e cidadania*, Bucareste, Milena Press, 2008d, p. 6-29.

⁸ Cox, R. *The servant problem, domestic employment in a global economy*, I.B. Tauris, Londres, 2006; Salazar, R. *Servants of globalization. Women, migration and domestic service*, California, Stanford University Press, 2001.

⁹ Ehrenreich, B.; Hochschild, A. R. (eds.). *Global women: nannies, maids and sex workers in the new economy*, Nova Iorque, Henry Holt and Company, 2002.

¹⁰ Ramos, N. “Mulheres portuguesas na diáspora - Maternidade, aculturação e saúde”. N. Ramos. In *A vez e a voz da mulher portuguesa na diáspora - Macau e outros lugares*. Universidade de Macau, 2009, p. 163-188.



sexualmente transmissíveis, pelo que deve ser equacionada a forma de comunicação e o apoio social ou comunitário.

O salário das mulheres, a sua capacidade de poupança e de empreendedorismo, tornam-se importantes contributos para a economia familiar e o desenvolvimento. Elas são muitas vezes chefes de família, assegurando a subsistência das famílias nos países de acolhimento e de origem e a gestão do orçamento¹¹. As mulheres migrantes contribuem, cada vez mais, para as remessas enviadas para o país de origem, que trazem vantagens para este, no plano social, educativo e sanitário¹².

O trabalho, a educação, as competências linguísticas e culturais e a dupla cidadania são importantes para a inclusão e o exercício da cidadania das imigrantes nos países de acolhimento¹³. Há igualmente um importante papel das mulheres nas redes sociais, no ajustamento a valores da sociedade de acolhimento através das relações interpessoais fomentadas pelo trabalho, associações, geminações, actividades em paróquias...¹⁴. As imigrantes portuguesas denotam capacidade de organização, de liderança e de comprometimento em organizações de voluntariado.

As mulheres e homens migrantes formulam estratégias de transição entre as normas e os valores das sociedades de origem e de acolhimento, contribuindo para novas dinâmicas familiares e demográficas¹⁵. A socialização e a organização das mulheres na diáspora influenciam os que ficam no país de origem, contribuindo para mudanças progressistas que afectam as mentalidades, os hábitos de vida, a educação e a igualdade entre os géneros. Mas também a emigração dos homens confere às mulheres que ficam, novas responsabilidades em diferentes domínios: gestão do orçamento, trabalhos agrícolas, educação dos filhos...

¹¹ Ramos, M. C. P. ; Araújo, N. F. "Rôle économique des femmes dans la famille le cas de chefs de famille en milieu urbain, au Brésil et au Portugal » in *XI èmes Journées Internationales de Sociologie du Travail*, « Restructuring, precarisation and value », London, Metropolitan University, Working Lives Research Institute, 20-22 June 2007 (www.jist2007.org/).

¹² Martin, S. *Women, migration and development*, Institut for the Study of International Migration, June 2007, 10 p. (<http://isim.georgetown.edu>)

¹³ Ramos, M. C. P. *et al.* "Multiple Citizenship - Case-Studies Among Individual Citizens in Portugal". In Pitkanen, P.; Kalekin-Fishman, D. (eds.) *Multiple State Membership and Citizenship in the Era of Transnational Migration*, Rotterdam, Sense Publishers, 2007, p. 41-65.

¹⁴ Ramos, M. C. Pereira. "Mulheres Portuguesas na Diáspora - Inserção Laboral e Papel nas Redes Sociais". *A vez e a voz da mulher portuguesa na diáspora: Macau e outros lugares*, Universidade de Macau, Macau, 2009, p. 305-330.

¹⁵ Ramos, M. C. Pereira. "Feminização das migrações internacionais e impactos nos países de origem e de acolhimento". *Congresso Feminista 2008, Sessão Temática Mulheres Migrantes*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 26-28 de Junho 2008; Ramos, M. C. Pereira. "Impactos demográficos e sociais das migrações internacionais em Portugal". In N. Ramos (Org.) *Saúde, Migração e Interculturalidade. Perspectivas teóricas e práticas*, João Pessoa, EDUFPB, 2008a, p. 11-44.



Importância das discriminações étnicas e de género

As mulheres imigrantes acumulam discriminações no emprego, sendo simultaneamente afectadas como mulheres, imigrantes e trabalhadoras, pela tripla desvantagem por sexo, nacionalidade e classe social¹⁶. A inserção profissional de muitas destas mulheres responde às necessidades de um mercado de trabalho segmentado. As imigrantes ocupam mais frequentemente que as autóctones empregos para os quais são sobrequalificadas e são mais afectadas pelo desemprego, nomeadamente de longa duração. Num estudo da OCDE¹⁷ constata-se para os países desta organização, que pelo menos 25% dos imigrantes qualificados eram inactivos, desempregados ou relegados para actividades inferiores às suas qualificações. Nestes países, o salário médio de um imigrante é cerca de 20% mais baixo que o de um nativo¹⁸.

A discriminação laboral por género e etnia (acesso ao emprego, desemprego, desigualdade salarial, desqualificação...) pode ser constatada nos países da OCDE¹⁹ e a crise e o desemprego acrescem as tensões sociais e raciais. O aumento da concorrência à escala mundial é acompanhado de uma flexibilidade e de uma informalização crescente das relações de trabalho. Verifica-se o aumento das formas atípicas e precárias de emprego, do emprego informal e da segmentação do mercado de trabalho, das desigualdades na repartição dos rendimentos, de várias formas de discriminação no trabalho e do aumento da pobreza para um número crescente de pessoas desprovidas de emprego e de qualquer protecção social (estudos da OCDE e da OIT).

As mulheres migrantes são também afectadas pelas migrações irregulares e vítimas de redes de tráfico de pessoas e de recrutamento para fins de exploração sexual²⁰.

Há que salientar a importância da igualdade de género no centro das preocupações de um trabalho digno e decente, tentando eliminar as discriminações em matéria de actividade e de emprego. Uma abordagem holística à saúde e segurança no trabalho incluindo a interface trabalho-vida privada, bem como as questões da organização do trabalho e do emprego, seria susceptível de melhorar a prevenção dos riscos relacionados com o desempenho de uma actividade profissional.

O princípio da igualdade entre mulheres e homens, e o dever da sua promoção, encontram-se inscritos na Constituição da República Portuguesa (desde 1976). Existem em Portugal alguns

¹⁶ Rubio, S. P. *Mujer, Mujer, inmigrante y trabajadora : la triple discriminación*, Barcelona, Anthropos, 2003.

¹⁷ OCDE. *Perspectives des migrations internationales*, Paris, OCDE, 2007.

¹⁸ OCDE. *Perspectives des migrations internationales*, Paris, OCDE, 2008.

¹⁹ OECD. «The price of prejudice: labour market discrimination on the grounds of gender and ethnicity”. In *OECD Employment Outlook*, Paris, OECD, 2008, p. 139-202.

²⁰ Santos, B. Sousa et al. *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual. Trafficking in women for the purposes of sexual exploitation in Portugal*. Lisboa, Comissão para a cidadania e a igualdade de género, 2008.



instrumentos de política na área da igualdade, nomeadamente: o III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género; o I Plano nacional contra o tráfico de seres humanos.

Em 1979, foi adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. O ano de 2007 foi instituído como o Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos, com o objectivo de sensibilizar a população europeia para os benefícios de uma sociedade mais justa e solidária. A Directiva 2000/78/CE do Conselho Europeu proíbe a discriminação e estabelece um quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e na actividade profissional. O conceito de discriminação tem subjacente as duas directivas da União Europeia: “Race Equality and Employment Equality”²¹.

Reflexões e proposições finais

Para potenciar os efeitos positivos das migrações e diminuir os impactos negativos nas sociedades de origem é necessário construir o co-desenvolvimento através da contribuição das populações migrantes nos países de imigração e de emigração, como também preconiza o Conselho da Europa²².

É necessário que as políticas migratórias sejam sensíveis às questões de género e à protecção dos direitos dos migrantes, nomeadamente mulheres e homens, com políticas de regulação dos fluxos, de reagrupamento familiar e de integração de e/imigração compatíveis com a coesão social. É necessário assegurar a inclusão das mulheres migrantes e o desenvolvimento das suas capacidades no projecto migratório, apoiando o seu empreendedorismo.

Há que reforçar a coesão social e a inclusão, através da melhoria da qualidade do trabalho, da igualdade de oportunidades e do combate à discriminação. São necessários esforços sustentados para melhorar as condições de trabalho no sentido da obtenção de um trabalho digno e decente. A melhoria das condições de segurança no trabalho das mulheres e dos homens migrantes, não pode ser dissociada das questões alargadas de discriminação no trabalho e na sociedade.

Há que valorizar a agenda da OIT sobre o trabalho decente e digno²³ para mulheres e homens respeitando os princípios e direitos no trabalho: um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, segurança e protecção, sem quaisquer

²¹ *Discriminação directa*, na qual uma pessoa é tratada menos favoravelmente do que outra é, ou tenha sido, em situação comparável; *discriminação indirecta*, na qual a prática que parece ser neutra e de não discriminação é de facto desvantajosa para uma pessoa de determinada raça ou origem étnica comparada com outras.

²² Ramos, M. C. Pereira; Taran, P.; Ivakhnyuk, I.; Tanner, A. *Economic migration, social cohesion and development: towards and integrated approach*, Strasbourg, Conselho da Europa, 2009.

²³ BIT. *Introductory report: decent work – safe work*, OIT, Genebra, 2005.



formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem do seu trabalho.

Bibliografia

BIT. *Introductory report: decent work – safe work*, OIT, Genebra, 2005.

Bommes, M.; Kolb, H. *Economic integration, work, entrepreneurship*, University of Osnabruck, IMIS – Institute for Migration Research and Intercultural Studies, 2004.

Carling, J. *Gender dimensions of international migration*, Global Commission on International Migration (GCIM), nº 35, may 2005.

Casa, I. O.; Garson, J. P. “The feminization of international migration”. In *Migrant women and the labour market: diversity and challenges*, OECD and European Commission Seminar, room document nº 1, 2005, p. 1-16.

Comissão Europeia. *Igualdade e combate à discriminação na União Europeia alargada – Livro Verde*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004.

Cox, R. *The servant problem, domestic employment in a global economy*, Londres, I.B. Tauris, 2006.

Dumont, J.; Martin, J. P.; Spielvogel, G. “Women on the move: The neglected gender dimension of the brain drain” in *OECD WORLD FORUM on Statistics, Knowledge and Policy - Measuring and Fostering the Progress of Societies*, Paris, OECD, 2007.

Ehrenreich, B.; Hochschild, A. R. (eds.). *Global women: nannies, maids and sex workers in the new economy*, Nova Iorque, Henry Holt and Company, 2002.

Expert Group on Gender and Employment. *Gender segregation in the labour market*, Luxembourg, Publications Office of the European Union, 2009.

IOM. *Female migrants: bridging the gaps throughout the life cycle*, Geneva, IOM, 2006.

Kofman, E.; Phizacklea, A. *et al. Gender and international migration in Europe – Employment, welfare and politics*, London, Routledge, 2000.

Kraal, K.; Roosblad, J. *Equal opportunities on the labour market for immigrant people and ethnic minorities*, Amsterdam, IMISCOE Network Office, July 2008.

Martin, S. *Women, migration and development*, Institut for the Study of International Migration, June 2007, 10 p. (<http://isim.georgetown.edu>)

Morokvasic, M. “Settled in mobility; engendering post-wall migration in Europe”, *Feminist Review*, vol. 77, nº 1, 2004, p. 7-25.

Morakvasic, M. ; Erel, U. ; Shinozaki, K. (org.). *Crossing borders and shifting boundaries: gender on the move*, Oplanden, Leske Budrich, 2003.

OCDE. *Perspectives des migrations internationales*, Paris, OCDE, 2007.



OCDE. *Perspectives des migrations internationales*, Paris, OCDE, 2008.

OECD. «The price of prejudice: labour market discrimination on the grounds of gender and ethnicity». In *OECD Employment Outlook*, Paris, OECD, 2008, p. 139-202.

OSCE/OIM/OIT. *Handbook for effective labour migration policies in countries of origine and destination*, OSCE, OIM e OIT, 2006.

Portes, A. *Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*, Fim de Século, 2006.

Ramos, M. C. P. ; Araújo, N. F. “Rôle économique des femmes dans la famille

le cas de chefs de famille en milieu urbain, au Brésil et au Portugal » in *XI èmes*

Journées Internationales de Sociologie du Travail, « Restructuring, precarisation and

value », London, Metropolitan University, Working Lives Research Institute, 20-22

june 2007 (www.jist2007.org/).

Ramos, M. C. P. *et al.* "Multiple Citizenship - Case-Studies Among Individual Citizens in Portugal" in Pitkanen, P.; Kalekin-Fishman, D. (eds.) *Multiple State Membership and Citizenship in the Era of Transnational Migration*, Rotterdam, Sense Publishers, 2007, p. 41-65.

Ramos, M. C. Pereira. « Diásporas, culturas e coesão social ». In Bizarro, R. (coord.) *Eu e o outro. Estudos multidisciplinares sobre identidade(s), diversidade(s) e práticas interculturais*, Porto, Areal Editores, 2007, p. 78-95.

Ramos, M. C. Pereira. “Impactos demográficos e sociais das migrações internacionais em Portugal”. In N. Ramos (Org.) *Saúde, Migração e Interculturalidade. Perspectivas teóricas e práticas*, João Pessoa, EDUFPB, 2008a, p. 11-44.

Ramos, M. C. Pereira. “Feminização das migrações internacionais e impactos nos países de origem e de acolhimento”. *Congresso Feminista 2008, Sessão Temática Mulheres Migrantes*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 26-28 de Junho 2008b.

Ramos, M. C. Pereira. “Mulheres migrantes, mercado de trabalho e cidadania”. *Seminário Internacional Fazendo gênero, Simpósio temático Relações de poder e gênero*, Universidade Federal de Santa Catarina, Instituto de Estudos sobre o Gênero, Florianópolis, 25-28 de Agosto 2008c.

Ramos, M. C. Pereira. “Gestão da diversidade e da educação nas sociedades multiculturais e do conhecimento”. In N. Ramos (coord.) *Educação, interculturalidade e cidadania*, Bucareste, Milena Press, 2008d, p. 6-29.

Ramos, M. C. Pereira. "Mulheres Portuguesas na Diáspora - Inserção Laboral e Papel nas Redes Sociais". In *A vez e a voz da mulher portuguesa na diáspora: Macau e outros lugares*, Macau, Universidade de Macau, 2009a, p. 305-330.

Ramos, M. C. Pereira. “Mulheres portuguesas na diáspora – mobilidades, trabalho e cidadania”. In Aguiar M. (coord.) *Cidadãs da diáspora – Encontro em Espinho*, ed. Mulher Migrante, Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade, 2009b, p. 44-61.



- Ramos, N. “Mulheres portuguesas na diáspora- Maternidade, aculturação e saúde”. In *A vez e a voz da mulher portuguesa na diáspora - Macau e outros lugares*. Macau, Universidade de Macau, 2009, p. 163-188.
- Ramos, M. C. Pereira; Taran, P.; Ivakhnyuk, I.; Tanner, A. *Economic migration, social cohesion and development: towards and integrated approach*, Strasbourg, Conselho da Europa, 2009.
- Revue Européenne des Migrations Internationales. *Femmes, genre, migrations et mobilités*, vol 21, n° 1, 2005, Poitiers.
- Roulleau-Berger, L.; Lanquetin, M.-T. (dir.) *Femmes d'origine étrangère. Travail, accès à l'emploi, discriminations de genre*, Paris, La Documentation Française, 2004.
- Rubio, S. P. *Mujer, inmigrante y trabajadora : la triple discriminación*, Barcelona, Anthropos, 2003.
- Salazar, R. *Servants of globalization. Women, migration and domestic service*, California, Stanford University Press, 2001.
- Santos, B. Sousa *et al.* *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual. Trafficking in women for the purposes of sexual exploitation in Portugal*. Lisboa, Comissão para a cidadania e a igualdade de género, 2008.
- Schutter, O. *Links between migration and discrimination – Liens entre migration et discrimination*, Commission européenne, 2009.
- Stalford, H. *Gender and migration in 21st century Europe*, Ashgate, 2009.
- Schiff, M.; Morrison, R.; Sjoblom, M. *The International Migration of women*, Palgrave Macmillan editions, 2007.
- UNDP. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2009 – Ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos*, PNUD, Coimbra, Almedina, 2009.
- Villanova, R. de; Bonnin, Ph. *Loges, concierges et gardiens*, Editions Créaphis, 2006.
- Zlotnik, H. “The global dimensions of female migration”, *Migration Information Source*, 1 Março 2003.